>Biopolítica sob a ótica de Foucault e Agamben: o campo como *nómos* do moderno

>*Biopolitics from the perspective of Foucault and Agamben: the field as modern nómos*

por Igor Corrêa de Barros

Graduado em Filosofia pela Universidade Federal de São João Del Rei. Mestrando em Filosofia Política na Universidade Federal de São João Del Rei. E-mail: igorbarros21@gmail.com ORCID: 0000-0003-1386-955X.

Resumo

O presente artigo tem por objetivo apresentar a relação entre biopolítica e nazismo à luz da obra de Michel Foucault e Giorgio Agamben. Para Foucault, o nazismo utilizou-se do racismo de Estado para proteger uma raça e legitimar a morte daqueles que representavam uma espécie de perigo biológico. Seguindo a mesma via, Agamben nos convida a refletir sobre os campos de concentração não como um fato histórico superado, mas como uma estrutura de poder que vem sendo cada vez mais utilizada nas democracias contemporâneas, marcada pela vigência do estado de exceção e produção da vida nua.

Palavras-chave: Foucault. Agamben. Biopolítica. Campo.

Abstract

This article aims to present the relationship between biopolitics and Nazism in the light of the work of Michel Foucault and Giorgio Agamben. According to Foucault, Nazism used state racism to protect a race and legitimize the death of those who represented a kind of biological danger. Following the same path, Agamben invites us to reflect on the concentration camps not as an outdated historical fact, but as a power structure which has been increasingly used in contemporary democracies, marked by the validity of the state of exception and production of bare life.

Keywords: Foucault. Agamben. Biopolitics. Field.

> Artigo recebido em 14.07.2021 e aceito em 19.10.2021.

1. Considerações iniciais

Em seu livro *Homo sacer: o poder soberano e a vida nua* (1995), o filósofo italiano Giorgio Agamben tem por objetivo retomar a reflexão aberta por Foucault sobre a estatização do biológico e o ingresso da vida nos cálculos dos mecanismos de poder utilizados pelos Estados modernos. Para o filósofo italiano, Hannah Arendt e Foucault foram os autores que melhor interpretaram as metamorfoses políticas da modernidade, as quais culminaram no aparecimento dos regimes totalitários.

Em *A condição humana* (1958), mesmo sem elaborar o conceito de biopolítica, Arendt promove uma reflexão acerca do protagonismo do biológico no cenário político moderno. Utilizando-se dos estudos realizados pela filósofa alemã, Agamben reflete sobre o conceito de vida e nos lembra de que os gregos tinham dois termos para se referir ao que entendemos hoje como “vida”, *zoé* e *bíos*. Mesmo que etimologicamente comuns, os termos designam esferas diferentes: *zoé* refere-se à vida comum a todos os animais, homens e deuses, e *bíos* designa uma vida qualificada, específica e unicamente humana. Sendo assim, na comunidade grega, a *pólis* era o lugar por excelência da *bíos*, e o lar, o *oikos*, era o lugar destinado para a *zoe*.

Arendt considera que a sociedade de massa surge quando a *zoe*, apartada nas extremidades da vida privada, passa a penetrar integralmente a *bíos*.¹ Dessa forma, nas análises de Arendt, o advento do social e a promoção da sociedade são características fundamentais da política na modernidade:

um espaço moderno criado pela economia política com objetivo de gerenciar a vida humana fora da política, ou seja, fora da isonomia e da autonomia dos sujeitos. O que chamamos de sociedade é o símbolo de uma grande família em que se congregam todas as necessidades que devem ser administradas. O princípio que rege a sociedade moderna é a satisfação de necessidades vitais, ou seja, a reprodução da *zoe*, segundo a *oikos* antiga. É essencialmente uma sociedade de produção e consumo².

¹ Hannah Arendt, *A condição humana*, 2010.

² Castor Bartolomeu Ruiz, *O advento do social: leituras biopolíticas em Hannah Arendt*, 2012, p. 36.

Para Arendt, a ascensão do social diluiu a distinção grega entre esfera pública e privada.³ Dessa maneira, o espaço social se distancia do espaço público como era pensando na cultura grega e se aproxima, cada vez mais, da *oikos*. O resultado da crescente privatização do espaço público é o triunfo do *animal laborans*, do homem quereduzido à sua condição biológica, luta apenas para suprir suas necessidades vitais pelo labor; o que culminou na despolitização e na animalização do homem.

O conceito de biopolítica foi cunhado por Foucault e aparece pela primeira vez em suas obras em 1976, no primeiro volume de *História da Sexualidade: A Vontade de Saber*. No trabalho em questão, o conceito se junta à ideia de disciplina para promover uma minuciosa reflexão sobre os dispositivos de controle e de normalização da sexualidade, que surgiram a partir dos séculos XVIII e XIX. Trata-se de um esforço em compreender não só as implicações do poder sobre a sexualidade, mas também a política e as novas formas de poder surgidas na modernidade tardia, como o totalitarismo.

Como frisado por Agamben em *Homo sacer: o poder soberano e a vida nua*, Arendt e Foucault foram os autores que melhor interpretaram as mudanças políticas ocorridas com a formação dos Estados nacionais modernos. Em sua obra, o autor italiano pretende suprir uma lacuna deixada pelos dois pensadores em questão e evidenciar o nexo entre totalitarismo e biopolítica. Se por um lado Arendt não vinculou o social de forma explícita a suas análises sobre o totalitarismo, por outro lado, Foucault não promoveu uma reflexão mais detalhada sobre o totalitarismo, em especial sobre os campos de concentração. Nota-se, portanto, que Arendt não elaborou um conceito de biopolítica como instrumento de reflexão sobre o totalitarismo, e Foucault, por sua vez, não estendeu suas reflexões biopolítica aos campos de concentração. Partindo dessa lacuna deixada por ambos os autores, Agamben pretende refletir sobre o campo de concentração como lugar privilegiado da biopolítica na contemporaneidade.

³Hannah Arendt, *A condição humana*, 2010.

O presente artigo tem por objetivo apresentar o nexos entre nazismo e biopolítica contido na obra de Foucault e Agamben. No primeiro momento, apresentamos o conceito de biopolítica em Foucault e as aplicações do racismo de Estado como dispositivo biopolítico. No segundo momento, busca-se apresentar a reflexão de Agamben sobre a biopolítica e o estado de exceção. O terceiro e último momento é reservado à reflexão de Agamben sobre a exceção como estrutura do campo de concentração, estrutura essa que vem sendo cada vez mais utilizada nos governos não totalitários.

2. Biopolítica

Os estudos de Foucault na década de 1970, mesmo que díspares e não sistematizados, foram orientados pela sua concepção relacional de poder e por uma análise ascendente de seus mecanismos. Para analisar a operabilidade do poder, o autor buscou explicar, historicamente, a micromecânica de modelação dos corpos no interior das instituições sociais: a exclusão do louco, os dispositivos de vigilância, a medicalização da masturbação infantil, por exemplo. Menos do que excluir, o poder atua produzindo corpos politicamente dóceis e economicamente úteis. Esse poder normalizador foi chamado pelo autor de disciplina.

Em um segundo momento, com o lançamento do primeiro volume da sexualidade em 1976, *A vontade de saber*, Foucault introduziu o conceito de biopolítica e voltou suas análises para os dispositivos globais de regulação da população. Segundo o filósofo, os dispositivos de sexualidade, como a disciplina, não atuam apenas no interior das instituições, mas envolvem de fato dispositivos globais centrados no controle da população e de seus processos biológicos. Esse poder sobre a vida foi chamado pelo autor de biopolítica e seria fruto, segundo ele, das principais mudanças políticas na modernidade: a estatização do biológico e a entrada do corpo orgânico nos cálculos do poder político:

O homem ocidental aprende pouco a pouco o que é ser uma espécie viva num mundo vivo, ter um corpo, condições de existência, probabilidade de vida, saúde individual e coletiva, forças que se podem modificar, e um espaço em que se pode reparti-las de modo ótimo. Pela primeira vez na

história, sem dúvida, o biológico reflete-se no político; o fato de viver não é mais esse sustentáculo inacessível que só emerge de tempos em tempos, no acaso da morte e de sua fatalidade: cai, em parte, no campo de controle do saber e de intervenção do poder⁴.

Vê-se inscrita nessa passagem a primeira aparição da noção de biopolítica nos livros de Foucault. No tópico “Situação do curso”, presente no livro *Segurança, território, população* (2008) Michel Senellart sustenta que, nesse momento dos estudos do autor, o Estado ganha protagonismo, pois

a gestão dos processos biológicos das massas humanas, ao contrário das disciplinas, envolve de fato o aparelho do Estado. É no nível do Estado que se encontram os órgãos complexos de coordenação necessários a esse fim⁵.

A biopolítica atua por meio de dispositivos estatais que controlam as massas enquanto homem-espécie. Nota-se, portanto, que o corpo orgânico se tornou o centro das estratégias de poder exercidas pelo Estado.

A biopolítica faz medições, estimativas e cálculos. Não se trata de produzir individualidades, mas de manter um equilíbrio e uma otimização dos aspectos ligados à vida da população. Para isso, foram promovidos múltiplos saberes em torno do homem-espécie, como a Estatística, a Demografia e a Medicina Sanitária. A partir de então, os processos biológicos passam a ser geridos pelo Estado, como sexualidade, higiene, epidemias, pandemias, os índices de natalidade e de mortalidade. Resumidamente, a biopolítica atua sobre a massa e tem por objetivo assegurar e aprimorar a vida.

Segundo Foucault (2019), a biopolítica atua sobre uma população de indivíduos disciplinados. Enquanto a disciplina é um poder produtor de individualidades, uma anátomo-política do corpo humano, a biopolítica apresenta-se como um poder massificante, que tem por objetivo gerir e regular a vida do corpo social.⁶ Mesmo possuindo mecanismos heterogêneos e atuando em níveis diferentes, Foucault defende que esses dois dispositivos, um normalizador e outro regulamentador, um produtor de individualidades e outro massificante,

⁴ Michel Foucault, *História da Sexualidade: A Vontade de Saber*, 2019, p.154.

⁵ Michel Senellart, “Situação dos cursos”, 2008, p.520.

⁶ Michel Foucault, *Em defesa da sociedade*, 2002.

não se excluem, pelo contrário, muitas vezes se articulam um com o outro, formando dois níveis de um biopoder:

Temos, pois, duas séries: a série corpo – organismo – disciplina – instituições; e a série população – processos biológicos – mecanismos reguladores – Estado. Um conjunto orgânico institucional: a organodisciplina da instituição, se vocês quiserem, e, de outro lado, um conjunto biológico e estatal: a biorregulamentação pelo Estado⁷.

Em resumo, o poder disciplinar é o primeiro nível do biopoder, uma condição para a regulação da população. A atuação da medicina em torno da sexualidade no século XIX é um bom exemplo da articulação entre disciplina e biopolítica. Enquanto aspecto que produz efeitos cruciais na sociedade, a sexualidade está no entrecruzamento da vigilância normalizadora e da regulação biopolítica. Por um lado, como comportamento individual, o corpo necessita ser disciplinado por uma vigilância constante em relação a aspectos como masturbação e atividade sexual, formando um controle disciplinar da sexualidade por meio das escolas e das famílias. Por outro lado, a sexualidade se insere em processos biológicos essenciais para a sociedade, como a reprodução e o controle de doenças sexualmente transmissíveis. Dessa forma, a medicina se tornou um dos principais dispositivos de normalização de nosso tempo – ela dita o que é o “normal” e o “anormal”, o “doente” e o “sadio” – ao mesmo tempo em que cuida dos processos biológicos da população.

3. Aplicações do racismo de Estado na era biodisciplinar

A biopolítica marca a entrada da vida nos cálculos políticos e inverte a fórmula da soberania: não se trata mais de fazer morrer e deixar viver, mas de fazer viver e deixar morrer. Fazer morrer ou deixar viver significa que o soberano tinha como atributo o poder sobre a vida e sobre a morte. Segundo Foucault, era um poder que estava em constante desequilíbrio e pendia somente para o lado da morte.⁸

⁷ *Ibidem*, p.298.

⁸ Michel Foucault, *Em defesa da sociedade*, 2002.

Nota-se, portanto, que mais do que confiscar a vida, o poder deve ordená-la, multiplicá-la e aperfeiçoá-la. A morte era a expressão máxima do soberano e foi transformada em um espetáculo público, um ritual de afirmação do poder soberano. Com o nascimento da biopolítica, a morte foi desqualificada. A morte não é mais a afirmação máxima do poder, e sim o momento em que escapamos das malhas do poder. Segundo Foucault (2019), a grande ritualização pública da morte começou a desaparecer. Observa-se o deslocamento do interesse soberano de matar para a necessidade biopolítica de promoção da vida.

A biopolítica não substitui o poder soberano, mas o penetra e o modifica: não se trata mais de agir sobre a morte, de administrar o território e as riquezas, mas de agir sobre os corpos, sobre a população e sobre os aspectos biológicos do homem-espécie. Na interpretação de Pelbart:

se antes o poder consistia em um mecanismo de subtração ou extorsão, seja da riqueza, do trabalho, do corpo, do sangue, culminando com o privilégio de suprimir a própria vida, o biopoder passa agora a funcionar na base da incitação, do reforço e da vigilância, visando otimizar as forças vitais que ele submete⁹.

Na modernidade, com a biopolítica, a morte foi sendo paulatinamente desqualificada, tornando-se um problema social, algo vergonhoso que deve ser escondido e evitado. Um exemplo é a invenção de novas formas de punição que substituíram a pena capital, em especial a prisão. A pena de morte foi abolida da maioria das democracias e sofre fortes críticas onde ainda é utilizada. Nos Estados Unidos, por exemplo, a pena de morte ainda existe, mas é raramente utilizada. Para ser executado, o criminoso precisa ser considerado uma ameaça para a vida da população. Para proteger a vida de alguns, paradoxalmente, é necessário retirar a vida de outros.

Em suma, temos atualmente pouco controle sobre a morte. O biopoder tem por objetivo manter as pessoas vivas e decidir quando deixá-las morrer. A vida do indivíduo é administrada, e não reivindicada pelo Estado. Por esta razão, Foucault considera que a morte foi privatizada e se encontra fora das relações de

⁹ Peter PálPelbart, *Vida capital*. Ensaios de vida política, 2003, p. 25-26.

poder.¹⁰ Isso ajuda a explicar por que a morte se tornou um dos maiores tabus de nosso tempo. Não falamos sobre a morte, temos medo dela e, acima de tudo, procuramos evitá-la.

Um dos maiores paradoxos da era biopolítica é conciliar a otimização da vida com as mortes causadas pelo próprio Estado. Quem e como se deve deixar morrer no interior de uma política de aprimoramento da vida? Como explicar, na era biopolítica, as chacinas causadas pelos regimes totalitários?

Segundo Foucault (2002), a resposta para essas questões está ligada à ativação do racismo como dispositivo de Estado. O racismo opera no interior dos Estados por meio de uma política pautada na divisão biológica, que decide quem deve morrer e quem deve viver. Dessa forma, a primeira função do racismo de Estado é causar essa divisão no interior do conjunto biológico no qual atua o biopoder. A segunda função do racismo de Estado é causar uma relação de positividade entre a morte do outro e a minha vida. A eliminação do outro, da raça degenerada, do inferior, do anormal, permite a ascensão da vida de uma raça pura, sadia e superior. Assim, no interior da biopolítica, o poder soberano opera seu direito de matar por meio do racismo. Os Estados mais racistas são ao mesmo tempo os mais assassinos.¹¹

A biopolítica apela ao evolucionismo e a teorias biológicas para matar, colonizar e lutar em nome da vida, da pureza e da hierarquia de uma raça. O racismo é a condição para que se possa matar: “A justaposição, ou melhor, o funcionamento, através do biopoder, do velho poder soberano de matar implica o funcionamento, a introdução e a ativação do racismo”¹².

Dessa forma, os regimes totalitários são entendidos por Foucault, sob a ótica do biopoder, como a consequência mais grave do racismo de Estado, em especial o Nazismo: “Não há Estado mais disciplinar, claro, que o regime nazista; tampouco há Estado onde as regulamentações do biológico sejam adotadas de

¹⁰ Michel Foucault, *Em defesa da sociedade*, 2002.

¹¹ Michel Foucault, *Em defesa da sociedade*, 2002.

¹² *Ibidem*, p.309.

uma maneira mais densa e mais insistente”¹³. O regime nazista desencadeou o velho poder soberano de matar como nunca antes na era biopolítica. Mesmo que fosse pela denúncia, todos tinham o poder de morte e de repressão sobre o outro.

Em suma, a soberania dos Estados modernos é assegurada por uma política médico-normalizadora. A sociedade nazista generalizou o poder sobre a vida, ao mesmo tempo que generalizou o velho poder sobre a morte. Houve, entre os nazistas, a coexistência do biopoder com uma ditadura na qual se aplicou o poder soberano de matar quem quer que fosse. Foucault nos alerta que “apenas o nazismo, é claro, levou ao proximo o jogo entre o direito soberano de matar e os mecanismo de biopoder. Mas tal jogo está inscrito no funcionamento de todos os Estados”¹⁴.

Foucault não chegou a desenvolver suficientemente o conceito de biopolítica devido aos novos contornos atribuídos aos seus estudos sobre a sexualidade. O conceito foi enriquecido devido à publicação da coleção *Dito e Escritos* e à interpretação feita posteriormente por outros autores, entre eles Agamben. Analisando como a modernidade politizou a vida, o autor propõe discutir o conceito de biopolítica a partir da genealogia de Foucault. Agamben prometeu dar continuidade ao projeto inacabado de Foucault, analisando mais profundamente os campos de concentração enquanto paradigma do biopoder, lacuna deixada pela morte precoce do autor francês.

4. Estado de exceção e vida nua

Ao retomar o conceito cunhado por Foucault, Agamben estabelece algumas diferenças em relações às conclusões chegadas pelo autor francês. Para o filósofo, o direito e a política, desde suas origens, atuam sobre a vida. Apesar de ter ganhado maiores proporções na modernidade, o autor defende que a

¹³Michel Foucault, *Em defesa da sociedade*, 2002.

¹⁴*Ibidem*, p. 312.

biopolítica não nasceu na era moderna, e que a política ocidental sempre atuou sobre a vida, hoje mais do que nunca:

A nossa política não conhece hoje outro valor (e, consequentemente, outro desvalor) que a vida, e até que as contradições que isto implica não forem solucionadas, nazismo e fascismo, que haviam feito da decisão sobre a vida nua o critério político supremo, permanecerão desgraçadamente atuais¹⁵.

Agamben defende que o Estado moderno utilizou a biopolítica para o aprimoramento e para a intensificação da vida, confirmando em partes a teoria foucaultiana. Entre a antiga fórmula do fazer morrer e deixar viver e a fórmula biopolítica de fazer viver e deixar morrer, o autor defende que há uma terceira fórmula que rege a biopolítica: o fazer sobreviver. Sendo assim, a produção da sobrevivência, a precarização da existência humana, é a principal função do biopoder. A produção de uma vida modulável, a falta de direitos das minorias, os centros de detenção de imigrantes — todas essas formas de captura excludentes ou exclusão inclusiva — caracterizam a biopolítica em nosso tempo.

O nazismo e o fascismo podem ser pensados, de forma mais completa, quando analisados a partir da ótica da biopolítica, enquanto regimes nos quais coexistiram uma aprimoração da vida e um processo de produção da vida nua, entregues à extrema violência e à morte. A violência e a falta de direitos produzidas nos campos de concentração não foram um acidente de percurso, um fato histórico isolado, ou uma irracionalidade, mas representam a pior face de um governo que tem a vida natural humana no centro de suas ações políticas.

Agamben não desvincula o poder soberano da atuação da biopolítica. Para o autor, as duas formas de poder coexistem e atingiram sua maior expressão nas políticas adotadas pelos regimes totalitários:

O poder soberano é, pois, a instância capaz de determinar e traçar o tênue limite entre a vida protegida e vida exposta à morte, politizando o fenômeno da vida ao incluí-la e excluí-la simultaneamente da esfera jurídica, motivo pelo qual um regime biopolítico é simultaneamente uma tanatopolítica, visto que tanto garante o incentivo quanto o massacre da vida¹⁶.

¹⁵ Giorgio Agamben, *Homo Sacer: poder soberano e vida nua*, 2012, p.17.

¹⁶ Giorgio Agamben, *O que resta de Auschwitz: o arquivo e testemunha*, 2008, p.11.

Agamben sustenta que, no totalitarismo, a biopolítica se converte em tanatopolítica, ou seja, um projeto de eliminação da vida em nome de uma raça pura. O autor italiano confirma a hipótese foucaultiana de que o nazismo levou ao extremo o paradoxo da biopolítica – conservação e eliminação da vida ao extremo.

Nele, (Estado nazista) uma absolutização sem precedentes do biopoder de fazer viver se cruza com uma não menos absoluta generalização do poder soberano de fazer morrer, de tal forma que a biopolítica coincide imediatamente com a tanatopolítica¹⁷.

Com o fim do regime nazista, biopolítica e tanatopolítica são exercidas simultaneamente pelos Estados contemporâneos: não se trata de eliminar a vida, mas sim de “racionalizar” o melhor momento de cuidar e o melhor momento de matar.

Influenciado pelas análises foucaultianas, Agamben defende que o estado de exceção é o principal dispositivo de gerenciamento da vida atualmente utilizado pelos Estados. Por meio do racismo, o estado de exceção extraoficial em que estamos vivendo promove um corte entre os que devem viver e os que devem morrer – protegendo a raça e as classes consideradas biologicamente superiores, e manipulando e eliminando, quando necessário, as raças consideradas biologicamente inferiores.

Dessa forma, a biopolítica gerencia as vidas, ao mesmo tempo em que determina a vida que deve ser excluída – a vida nua. Agamben desenvolve o conceito de biopolítica a partir da relação entre o soberano e o estado de exceção. Em sua obra, o estado de exceção possui lugar privilegiado enquanto dispositivo biopolítico de controle dos vivos e de produção da vida nua. No final do livro *Homo sacer: o poder soberano e vida nua*, o autor chega à conclusão de que a exceção é a própria estrutura da soberania. Agamben, tendo Carl Schmitt e Walter Benjamin como referenciais teóricos, sustenta que o estado de exceção é

¹⁷*Ibidem*, p.89.

intrínseco na atuação do Estado moderno, e não apenas um dispositivo utilizado para suspender as leis em momentos emergenciais.

Segundo Agamben (2004), a exceção não é um lugar privilegiado que possui capacidade de resolver situações de conflito e dar fôlego à lei, como concebeu Schmitt, e sim o lugar que descortina a fragilidade do edifício jurídico da sociedade ocidental. De acordo com o autor, “o estado de exceção apresenta-se como forma legal daquilo que não pode ter forma legal”¹⁸. Na era do biopoder, mais do que uma forma de manter o estado de direito por meio da suspensão das leis, a exceção torna-se um importante mecanismo de controle da vida e do corpo biológico dos indivíduos.

Para Agamben (2004), uma das principais características do estado de exceção é o paradoxo criado pelo estado de direito, que, para garantir a ordem, necessita suspender a mesma ordem:

a exceção é a condição de possibilidade da norma jurídica e o próprio significado da autoridade do Estado. Eis a situação paradoxal, segundo a qual o soberano através da exceção cria a situação de que o Direito precisa para poder existir, a qual, ironicamente, é a situação de suspensão do próprio direito¹⁹.

Ainda em Agamben (2004), a exceção é um estado de exclusão e captura simultânea da vida na ordem jurídica. Nesse estado, a vida humana se encontra vulnerável, maleável e desprotegida, ou seja, a exceção é o lugar por excelência de produção da vida nua. O sujeito, em tal situação, vive uma exclusão de direitos e garantias, mas é incluído na ordem da exceção pelo rigoroso controle que ela lhe impõe. A exceção é uma captura excludente, na qual os direitos são suspensos, e o que resta é o homem enquanto ser meramente biológico, momento em que a *bíos*, a vida qualificada, é transformada em *zóe*.

A principal hipótese levantada no livro *Estado de exceção* (2003) é que a exceção vem tornando-se regra dos Estados políticos contemporâneos. Agamben sustenta que, desde a Segunda Guerra Mundial, o estado de exceção vem sendo

¹⁸Giorgio Agamben, *Estado de Exceção*, 2004, p.120.

¹⁹*Ibidem*, p.24.

utilizado de modo permanente como técnica comum dos Estados democráticos. Portanto, o autor aponta a continuidade entre absolutismo e democracia por meio da permanência do estado de excepcionalidade tornado regra. Nas palavras do autor, “diante do incessante avanço do que foi definido como uma ‘guerra civil mundial’, o estado de exceção tende cada vez mais a se apresentar como o paradigma de governo dominante na política contemporânea”²⁰. O filósofo italiano denuncia que o estado de exceção passou de medida provisória à técnica permanente de governo.

Agamben utiliza de forma refinada a figura do *homo sacer* para fazer referência à condição de vida de alguns povos, sempre sob a ótica da biopolítica. O autor sustenta que a falta de direitos provocada pelo estado de exceção extraoficial das democracias liberais resulta no aparecimento de novos grupos de *homo sacer* no cenário contemporâneo.

Homo sacer é uma categoria importante no pensamento de Agamben e que nos possibilita melhor compreensão dos mecanismos do poder soberano e de sua relação com o direito e com a exceção. *Homo sacer* é uma figura do antigo direito romano, da qual se retirava todos os direitos, tornando-a uma vida esvaziada de valores e entregue à morte violenta. Agamben afirma que:

Aquilo que define a condição do *homo sacer*, então, não é tanto a pretensão a ambivalência originária da sacralidade que lhe é inerente, quanto sobretudo o caráter particular da dupla exclusão em que se encontra preso e da violência à qual se encontra exposto. Esta violência – a morte insancionável que qualquer um pode cometer em relação a ele – não é classificável nem como sacrifício e nem como homicídio, nem como execução de uma condenação e nem como um sacrilégio. Subtraindo-se às formas sancionadas do direito humano e divino, ela abre uma esfera do agir humano que não é a *sacrum facere* e nem a da ação profana²¹.

Ao ser decretado como *homo sacer*, o cidadão é reduzido ao seu aspecto biológico, um ser animal, a vida nua por excelência. Segundo Agamben (2012), as pessoas que caem em estado de exceção ficam em um estado de vida nua, desprovidas de todos os direitos, e submetidas ao poder soberano, que corresponde à condição do *homo sacer*. Segundo o autor, o objetivo do estado de

²⁰*Ibidem*, p. 27.

²¹Giorgio Agamben, *Homo Sacer*: poder soberano e vida nua, 2012, p. 84.

exceção é, sempre, a proteção da soberania estatal e da ordem, porém nela habita a fabricação do *homo sacer*, portador da vida nua.

A produção da vida nua, segundo Agamben, ganha cada vez mais espaço nas democracias contemporâneas, seja na figura dos refugiados, dos excluídos socialmente, dos apátridas, ou de todas as pessoas que tem seus direitos negados através do edifício jurídico-político. Um exemplo é a exceção implícita materializada em leis antiterroristas, como a *Provide Appropriate Tools Required to Intercept and Obstruct Terrorism (Patriot Act)*, promulgada pelos Estados Unidos após o atentado de 11 de setembro de 2001. O decreto permitia a detenção imediata de cidadãos considerados terroristas. Como resultado dessa iniciativa, presenciamos desde a década passada uma ofensiva de caráter fascista e xenofóbico contra os imigrantes e refugiados.

Em resumo, o que Agamben está nos dizendo textualmente é que os estados de direito aboliram as formas absolutistas de governo, porém, para garantir a norma, produziram um mecanismo absolutista de exclusão inclusiva da vida, a exceção. O poder soberano persiste na figura da exceção. Esse mecanismo tem sido usado como técnica de governo para combater opositores e manter os privilégios da classe dominante.

Segundo Agamben (2004), o campo de concentração é a expressão máxima da exceção. O autor sustenta que a politização da *zôe* trouxe como consequência a ascensão do *homo sacere* que o campo de concentração se tornou o verdadeiro paradigma político da modernidade, mostrando a face mais obscura de um poder que não conhece outro valor a não ser a vida. É nos campos de concentração, lugar da pura exceção, que se experimentou a pura arbitrariedade e a desqualificação total da vida. O campo, enquanto local da exceção, começa a tornar-se regra e adquire uma ordem espacial permanente.

5. O campo como paradigma biopolítico do moderno

Como explicado anteriormente, Foucault nos alerta que a estatização do biológico, que à primeira vista pode parecer algo positivo, não representou a entrada da humanidade em um estado verdadeiramente humano, mas o aumento da violência e até mesmo a produção guerras e de barbáries, como as causadas pelos regimes totalitários. Em *A vontade de saber*, o autor francês explica de forma contundente como a morte e as guerras são legitimadas no interior dos regimes totalitários. As guerras não são mais travadas em nome de um soberano, e sim como um mecanismo biopolítico de proteção de uma raça considerada biologicamente superior. O regime nazista matou em nome da vida:

As guerras já não se travam em nome do soberano a ser definido; travam-se em nome da existência de todos; populações inteiras são levadas a destruição mútua em nome da necessidade de viver. Os massacres se tornam vitais. Foi como gestores de vida e da sobrevivência dos corpos e raça que tantos regimes puderam travar tantas guerras, causando a morte de tantos homens²².

A análise não apenas da biopolítica, mas também do paradoxal *modus operandi* do biopoder, que para aprimorar e incentivar a vida de um grupo tem que levar outro grupo ao extermínio em nome da pureza da raça, é certamente uma das grandes contribuições que Foucault nos deixou.

No decorrer da Segunda Guerra Mundial, os campos de concentração nazistas representaram a face mais sangrenta do extermínio em massa causada pelos regimes totalitários, configurando um dos maiores horrores da humanidade. No interior desses campos, judeus, ciganos, homossexuais e todos aqueles que representavam uma ameaça à pureza e à sobrevivência da raça foram confinados, escravizados e mortos. Os campos mais conhecidos são os campos de Auschwitz I (centro administrativo do complexo), Auschwitz II–Birkenau (campo de extermínio), e Auschwitz III–Monowitz (local de trabalho escravo). Assim como Foucault, Agamben defende que o terror totalitário só pode ser entendido

²² Michel Foucault, *História da Sexualidade: A Vontade de Saber*, 2019, p.147.

mais profundamente sob a ótica da biopolítica, e aprofunda suas análises sustentando que o campo de concentração é o paradigma da política moderna.

Em *O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha* (1998), Agamben promove uma rica reflexão sobre o Holocausto a partir do olhar das vítimas. Partindo do relato de sobreviventes, como Primo Levi, o filósofo italiano norteia sua pesquisa sobre a condição de exceção na qual se encontravam os seres capturados pela exceção. Segundo Agamben, Auschwitz surge como o lugar puro da exceção e da produção da vida nua.

O que ocorreu nos campos supera de tal modo o conceito jurídico de crime, que amiúde tem-se deixado simplesmente de considerar a específica estrutura jurídico-política na qual aqueles eventos produziram. O campo é apenas o local onde se realizou a mais absoluta *conditio inhumana* que se tenha dado sobre a terra: isto é, em última análise, o que conta tanto para as vítimas como para a posteridade²³.

O objetivo da análise do filósofo é observar os campos de concentração a partir dos eventos relatados pelos sobreviventes e investigar: “o que é um campo, qual a estrutura jurídico-política, por que semelhantes eventos aí puderam ter lugar?”²⁴. O filósofo encontra nos campos de concentração nazistas, na figura do muçulmano, o máximo exemplo de produção da vida nua, de forma que Auschwitzé o lugar em que exceção se torna norma, e as barreiras entre o humano e o desumano são totalmente suprimidas. As vítimas muçulmanas eram consideradas tão indignas, que Agamben considera que a elas “era negada a dignidade da morte, sendo condenadas a perecer”²⁵.

Como explanado anteriormente, Agamben sustenta que o estado de exceção vem sendo utilizado indiscriminadamente desde a Segunda Guerra Mundial. Na Alemanha nazista, o “estado de sítio” ou “estado de exceção” havia sido proclamado em 1933 e permitia ao Reich suspender artigos da constituição por tempo indeterminado e tomar decisões necessárias para a volta da normalidade, caso a paz e a soberania estivessem em risco.

²³ Giorgio Agamben, *Homo Sacer: poder soberano e vida nua*, 2012, p. 162.

²⁴ Giorgio Agamben, *Homo Sacer: poder soberano e vida nua*, 2012.

²⁵ *Ibidem*, p. 80.

O que mais chama a atenção do autor é que o estado de exceção aconteceu até o fim do Terceiro Reich como uma espécie de estado de exceção não declarado. Mesmo com a ordem suspensa, não foi feita menção, em nenhum momento, ao estado de exceção. Ao fim da análise, o autor afirma que “o estado de exceção cessa, assim, de ser referido a uma situação externa e provisória de perigo factício e tende a confundir-se com a própria norma”²⁶. A tese central da análise do autor é que a exceção começa a aparecer como regra não declarada e contínua, e tende a se confundir com a norma. Segundo Agamben, o campo é o lugar puro da exceção:

O campo é o espaço que se abre quando o estado de exceção começa a torna-se a regra. Nele, o estado de exceção, que era essencialmente uma suspensão temporal do ordenamento com base numa situação factícia de perigo, ora adquire uma disposição espacial permanente que, como tal, permanece, porém, estavelmente fora do ordenamento normal²⁷.

Eis o ponto fundamental que revela o nexo entre biopolítica e totalitarismo. O campo de concentração é o lugar por excelência da suspensão do direito, em queo ser humano é reduzido à sua condição biológica. Nesse espaço, judeus, hebreus, ciganos, e todos os outros grupos considerados uma ameaça à vida e ao projeto nazista foram presos, escravizados e reduzidos ao biológico. É a radicalização da produção da vida nua como nunca visto antes, e a vida é despida de direitos e de valor, esvaziada de sentido e significado.

Agamben sustenta que “Auschwitz é exatamente o lugar em que o estado de exceção coincide, de maneira perfeita, com a regra, e a situação extrema converte-se no próprio paradigma do cotidiano”²⁸. Portanto, na obra do autor, o conceito de campo vai além de um espaço geográfico. Campo é também um espaço demográfico, um âmbito aberto sempre que a exceção se torna a regra. Com o conceito *campo*, o filósofo denomina um espaço onde a exceção é aplicada como norma.

²⁶ Giorgio Agamben, *Estado de Exceção*, 2004, p.164.

²⁷ Giorgio Agamben, *Estado de Exceção*, 2004.

²⁸ Giorgio Agamben, *O que resta de Auschwitz: o arquivo e testemunha*, 2008, p. 57.

O campo deixa de ser para Agamben um acontecimento histórico, superado, um espaço delimitado geograficamente; o campo se apresenta como espaço privilegiado na política contemporânea e emerge toda vez que um grupo é exposto à exceção, e a vida entregue à violência extrema. Resumidamente, campo é todo espaço de exceção que foge do direito constituído, produzindo uma zona de anomia entre o dentro e o fora do ordenamento. O direito dos grupos que estão sob exceção não é revogado, mas suspenso.

Desse modo, o autor defende que o campo, como expressão máxima da exceção, tornou-se o “paradigma oculto do espaço político da modernidade”. Ou seja, o campo, estado em que a exceção se faz regra, encontra-se presente sob os mais variados disfarces e variações, resultando em figuras com condições de vida minimizadas, como os refugiados, os apátridas, os moradores de periferia, entre outros. A exclusão que possibilitou ao regime nazista produzir um genocídio em massa é a mesma exclusão que hoje produz genocídio de negros, pobres, refugiados e apátridas em regimes não totalitários.

De acordo com Agamben (2008), o nascimento do campo é reflexo da ação biopolítica do Estado sobre a vida orgânica da nação.

O nascimento do campo no nosso tempo aparece, então, nessa perspectiva, como um acontecimento que marca de modo decisivo o próprio espaço político da modernidade. Ele se produz no ponto em que o sistema político do Estado-nação moderno, o qual se fundava no nexos funcional entre uma determinada localização (o território) e um determinado ordenamento (o Estado), mediado por regras automáticas de inscrição da vida (o nascimento ou a nação), entra numa crise duradoura e o Estado decide assumir diretamente entre suas tarefas o cuidado da vida biológica da nação²⁹.

Segundo Agamben (2008), estamos virtualmente diante de um campo sempre que se configura uma zona de exceção.³⁰ Nas palavras de Nascimento, sempre que for possível visualizar

²⁹ Giorgio Agamben, *Meios sem fim: notas sobre a política*, 2015, p. 46.

³⁰ Giorgio Agamben, *Estado de Exceção*, 2004.

por sobre um aquário a cultura da vida nua, e do contingente estado de exceção, nos encontramos virtualmente diante de um campo. Toda vez que a estrutura da vida nua é reproduzida, estamos diante de um campo³¹.

A vida que se encontra no espaço produzido pelo campo é marcada pela desproteção e pela exposição às mais variadas formas de desrespeito e violência.

No campo, o controle exercido pela biopolítica é radicalizado, revelando que o nexa entre totalitarismo e biopolítica reside na extensão da estrutura de exceção do campo para as políticas adotadas pelas democracias contemporâneas.

6. Considerações finais

O nexa estabelecido por Agamben entre poder político e vida nua é esclarecido pela elaboração de quatro conceitos fundamentais: soberania, vida nua, estado de exceção e campo. O resultado do diagnóstico crítico que o autor realiza da política contemporânea não é em nada positivo. O ponto principal na análise agambeniana é que quando, nas democracias contemporâneas, a exceção se torna regra, e o espaço da vida nua coincide com o espaço político, exclusão e inclusão, direito e fato, *zôe* e *bios* tornam-se indistinguíveis. No cenário das democracias contemporâneas, principalmente em momentos de crise como a pandemia da Covid-19, a vida apresenta-se em sua condição mais negativa, reduzida à sua mera condição biológica.

Independente das diferenças entre as análises biopolíticas realizadas por Foucault e Agamben, ambos os trabalhos apontam para a atualidade do nazismo e para as variações de seus mecanismos nas democracias contemporâneas. O que fica indelével no cenário político atual é a redutibilidade da *bios* a *zôe*, e o fracasso do projeto iluminista moderno. A queda do Terceiro Reich não significou o fim da ameaça totalitária nem a superação da biopolítica, pois não foi a biopolítica

³¹ Daniel Arruda Nascimento, *Do fim da experiência ao fim do jurídico: percurso de Giorgio Agamben*, 2012, p. 200.

um produto do nazismo, mas o nazismo a versão mais cruel de um poder que não conhece outro valor e, conseqüentemente, outro desvalor que a vida.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. *Estado de Exceção*. Trad. Iraci D. Poleti. São Paulo: Boitempo, 2004.

AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer: poder soberano e vida nua I*. Trad. Henrique Burgo. Belo Horizonte: UFMG, 2012.

AGAMBEN, Giorgio. *Meios sem fim: notas sobre a política*. Trad. Davi Pessoa. Rev. trad. Cláudio Oliveira. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

AGAMBEN, Giorgio. *O que resta de Auschwitz: o arquivo e testemunha*. Trad. Selvino J. Assman. São Paulo: Boitempo, 2008.

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade: A Vontade de Saber*. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. Trad. Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins fontes, 2002.

NASCIMENTO, Daniel Arruda. *Do fim da experiência ao fim do jurídico: percurso de Giorgio Agamben*. São Paulo: LiberArs, 2012.

PELBART, Peter Pál. *Vida capital*. Ensaios de vida política. São Paulo: Iluminuras, 2003.

RUIZ, Castor Bartolomeu. *O advento do social: leituras biopolíticas em Hannah Arendt*. São Leopoldo: IHU Online, 2012. Disponível em:
<http://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/4432-castor-bartolome-ruiz-10>.
Acesso em: 29 nov. 2016.

SENELLART, Michel. Situação dos cursos. In: FOUCAULT, M. Segurança, território, população. 1ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

Referência para citação deste artigo

BARROS, Igor Corrêa de. Biopolítica sob a ótica de Foucault e Agamben: o campo como nómos do moderno. **Revista PHILIA | Filosofia, Literatura & Arte**, Porto Alegre, volume 3, número 2, p. 338–358, dezembro de 2021.